



Auditoria. Conselho de Supervisão detecta falhas em empresas e bancos

Em Portugal existe um conselho que tem como objectivo defender o interesse público e fiscalizar os revisores de contas. São os guardas dos guardas. Mas já ninguém acredita

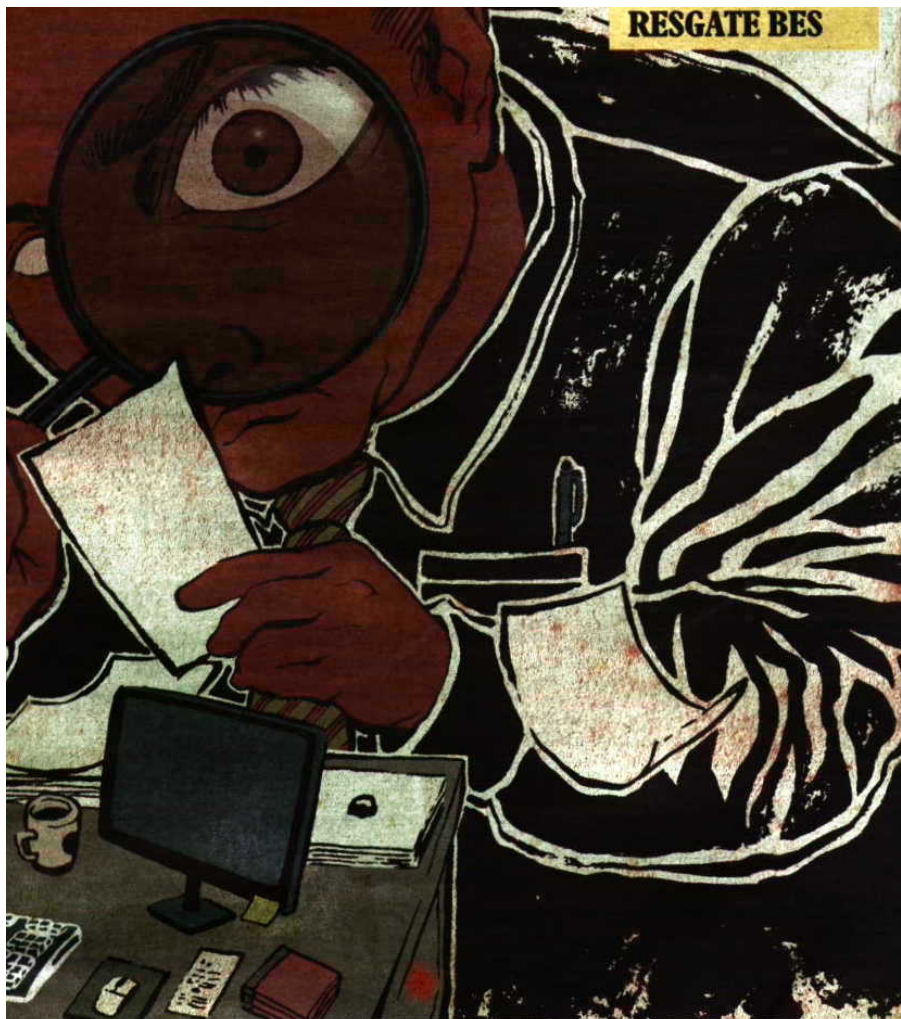
ISABEL TAVARES
isabel.tavares@ionline.pt

O último relatório do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), de 30 de Junho deste ano, revela falhas ao nível do controlo e da supervisão das contas de bancos e de empresas cotadas, consideradas de interesse público. Apesar disso, não há registo de contra-ordenações.

As principais situações detectadas no controlo respeitam à não adequação do sistema interno de controlo de qualidade (43%), à desadequação dos recursos humanos utilizados (24%) e a questões relativas a ética, deontologia e independência (11%).

As deficiências no âmbito do sistema interno de qualidade referem-se, sobretudo, à falta da sua formalização e monitorização, com "situações de falta de uniformidade entre os sócios e entre os diferentes escritórios da mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) na aplicação do referido sistema. Observa-se ainda, nalguns casos, a falta de revisão independente por outro Revisor Oficial de Contas (ROC) e de ausência de procedimentos de garantia de independência", lê-se no documento.

"No respeitante aos recursos humanos utilizados, verificam-se insuficiências por desadequação e ainda situações de subcon-



tratação excessiva de colaboradores a outras sociedades que não estão sujeitos às regras de independência e formação profissional da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC)".

O relatório refere-se à supervisão do controlo de qualidade programado, realizado entre 6 de Junho de 2013 e 5 de Junho de 2014, com natureza regular e preventiva. Também existem inspeções pontuais, motivadas pela existência de indícios de violações do quadro legal e regulamentar em vigor, mas destas não tivemos notícia.

O *i* procurou falar com o CNSA e saber quais as consequências destas inspeções periódicas. É que, apesar de existir um conselho disciplinar, no site, na rubrica "deliberações e contra-ordenações", não vem publicitada qualquer informação. Ninguém se mostrou disponível para nos esclarecer, embora no organismo estejam representados o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a Inspeção-Geral de Finanças, o Instituto de Seguros de Portugal e a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

O GUARDA DOS GUARDAS O CNSA "rege-se por um conjunto de valores que orientam a sua actuação em defesa do interesse público, destacando-se a integridade, consistência e transparên-

cia". Está escrito nos estatutos. Apanhámo-los de férias.

Há uma semana o governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, afirmou na Assembleia da República, na comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, que "a entidade responsável pela supervisão das empresas de auditoria é o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria e são eles que têm autoridade para se pronunciar sobre esta matéria".

Esta matéria era a questão da veracidade das contas, da qualidade do serviço de auditoria e do conflito de interesses, temas levantados por diversos deputados a propósito do resgate público do Banco Espírito Santo e de as contas semestrais estarem longe de reflectir a realidade.

O Banco de Portugal tem pelo menos dois representantes no CNSA

Um especialista em corporate governance diz que Portugal só muda se a UE mudar

de tornada pública semanas antes.

Quem ouviu as declarações de Carlos Costa pode não ter percebido de imediato que o Banco de Portugal tem pelo menos um vogal, José António da Silveira Godinho, e o secretário-geral, Pedro Pereira, como seus representantes no CNSA.

CONFLITO Carlos Costa sabe do que a casa gasta. A prova é que concorda que existe um conflito de interesses e disse-o no parlamento com todas as letras. "Há um ponto em que há um conflito de interesses, é que quem paga ao auditor é o auditado."

O governador do Banco de Portugal não diz "que os auditores não tenham um código ético forte, mas é um caso em que a mulher de César devia não só ser, como parecer. Portanto o ideal é que o mercado pagasse o trabalho de auditoria".

O advogado Paulo Bandeira, da SRS, especialista em corporate governance, disse ao *i* que a União Europeia perdeu a sua grande oportunidade de mudar as regras da auditoria quando fez as directivas nesta matéria, que Portugal transpôs para o direito interno recentemente. E mesmo as regras da UE vieram muito a reboque do que aconteceu nos Estados Unidos.

"O problema é que não existe um modelo estabelecido. É uma

O Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria vai ter de mudar a estrutura e o funcionamento, admite a sua presidente num discurso

GETTY IMAGES

Citações

"Um ponto essencial é a qualidade da informação, os conflitos [...] Só há uma solução, que é um controlo muito mais estreito das relações entre partes relacionadas, mas para isso tem de haver uma alteração legislativa que dê esse poder ao Banco de Portugal"

"Não há supervisão eficaz sem um bom modelo de governo, sem um bom auditor interno, sem um bom auditor externo e um supervisor. Estas quatro peças têm de estar coordenadas debaixo de um objectivo comum que é minimizar o risco, que compreende a fraude"

"A utilidade dos auditores existe. São necessários e desejáveis. O que temos de nos interrogar é sobre o aumento da sua eficiência"

Carlos Costa
GOVERNADOR BANCO DE PORTUGAL



BES perdeu 3350 milhões em liquidez no mês que antecedeu o resgate

Banco de Portugal exigiu garantias ao BES para empréstimo de urgência de 3500 milhões. Verba terá sido entretanto reembolsada

ANA SUSPIRO
ana.suspiro@ionline.pt

A liquidez do Banco Espírito Santo (BES) diminuiu cerca de 3350 milhões de euros entre final de Junho e 31 de Julho, revela o Banco de Portugal na deliberação de 3 de Agosto que justifica a intervenção no BES. A perda acentuada de liquidez deve-se à saída de recursos financeiros imediatamente disponíveis para responder a compromissos do banco. Entre estes fundos estão os depósitos e aplicações de clientes.

A saída de depósitos tem sido noticiada sobretudo depois da intervenção do Banco de Portugal que separou o BES em banco bom e banco mau, mas este fenómeno vem de trás. Além de clientes de retalho, o banco perdeu recursos de grandes clientes empresariais. Um deles foi a Portugal Telecom, que retirou mais de 100 milhões de euros de depósitos do grupo em Julho. Por outro lado, a instituição sofre de forte pressão para realizar reembolsos de investimentos e aplicações a clientes.

A saída em grande escala de recursos foi um dos factores que levaram o supervisor a avançar com o resgate do BES. Na deliberação que justifica a decisão, o banco central refere que não foi possível ao BES acomodar esta "acentuada pressão sobre a liquidez" com recurso a fundos obtidos por operações no eurosistema devido ao esgotamento de activos de garantia aceites para este efeito. Neste quadro, e perante os limites do BCE, que exigiu o reembolso de 10 mil milhões de euros por

incumprimento de rácios, o BES foi "forçado a recorrer à cedência de liquidez em situações de emergência (ELA - Emergency Liquidity Assistance) por um valor que atingiu na data de 1 de Agosto cerca de 3500 milhões de euros".

Segundo o Banco de Portugal esclareceu ao *i*, estas operações são concedidas a título excepcional, a "bancos solventes que se deparem com dificuldades temporárias de liquidez". São financiamentos de muito curto prazo concedidos "mediante a prestação de garantias por parte da instituição beneficiária consideradas adequadas pelo banco central nacional". A resposta parece afastar a possibilidade, avançada por alguns jornais, de o Estado ter avançado com uma garantia para cobrir o risco do empréstimo. Em caso de incumprimento, as garantias dadas pelo BES seriam accionadas, mas, se se revelassem insuficientes, o Banco de Portugal e o seu accionista, o Estado, teriam de encaixar a perda.

O banco central escusou-se a esclarecer quais as garantias dadas pelo BES e o prazo do financiamento. Também não confirmou a devolução integral da verba de 3500 milhões de

euros, avançada ontem pelo "Expresso Diário", mas adianta que o Novo Banco está devidamente capitalizado e "tem acesso à liquidez do Eurosistema em condições de normalidade".

O banco central divulgou segunda-feira à noite a deliberação de 3 de Agosto que intervencionou o BES, já depois da acta revelada pelo escritório de advogados de Miguel Reis.

CRÉDITO AO BESA NO BANCO BOM

Num extenso rol de esclarecimentos, o Banco de Portugal clarifica ainda que activos passam para o Novo Banco. Entre estes estão os depósitos e créditos concedidos por bancos internacionais do grupo, Espírito Santo Bank de Miami e Aman Bank da Líbia "de forma consistente com a decisão tomada relativamente ao BESA (Angola)", apesar das participações accionista nestas instituições ficaram no BES. Num esclarecimento ao Jornal de Negócios, o Banco de Portugal confirma ainda que o empréstimo de 3,3 mil milhões do BES ao BESA passa para o Novo Banco que terá este valor provisionado.

O Banco de Portugal clarificou também os critérios a aplicar na limitação do direito de acesso a contas e créditos concedidos a gestores e membros de órgãos de fiscalização do banco desde 2012, bem como de accionistas com mais de 2% do capital do BES, e respectivos familiares. Estes últimos devem comprovar o grau de dependência económica dos primeiros, bem como o nível de rendimento, actividade profissional e o montante depositado.

Banco de Portugal garante que Novo Banco tem acesso à liquidez em condições normais



Banco liderado por Carlos Costa já terá recebido empréstimo de emergência ao BES



RESGATE BES



Jogador Mangala foi dado como garantia de empréstimo

PORTO Mangala, o jogador que o FC Porto acaba de vender aos ingleses do Manchester City, estava dado como garantia a um empréstimo de 30 milhões de euros que o BES concedeu à Sociedade Anónima Desportiva dos portistas, e que tinha de ser liquidado até Julho. Esta segunda-feira, a SAD do Porto comunicou à CMVM que recebeu 30,5 milhões de euros pela venda de 56,67% dos direitos económicos que detinha do jogador francês. Este caso não é único. O passe do jogador colombiano Jackson Martínez também estava dado como garantia a um outro empréstimo do BES de 30 milhões.

BdP descongela contas da Top Atlântico

LISBOA Na sequência do BESgate, a agência de viagens Top Atlântico, participada da Rioforte foi pressionada por alguns dos seus fornecedores para passar a pagar à cabeça ou fazer pré-pagamentos relativos às viagens de lazer que comercializa. A pressão dos operadores ficou também a dever-se ao congelamento das contas da empresa, que pertence à Espírito Santo Viagens. Contudo, e ao que o i apurou junto de fonte oficial do grupo, neste momento a situação está praticamente regularizada, uma vez que as contas já foram descongeladas devido à intervenção do BdP. M. B. S.

Novo Banco. Moody's dá nota equivalente a lixo

EUA A agência de notação Moody's atribuiu nota B3 à dívida sénior e B2 aos depósitos do Novo Banco, ambos em níveis de lixo, e com perspectiva de novos cortes do rating. A Moody's definiu ainda que a dívida de curto e longo prazo não garantida do Novo Banco fica com rating B3, enquanto a que for garantida pelo Estado recebe nota Ba1. A dívida do banco liderado por Vítor Bento, garantida pelo Estado, está avaliada em Ba1, o nível mais próximo de ser considerado de investimento, e com outlook estável, pelo que não será revisto a curto prazo.



Fundos de investimento fugiram do BES nos últimos dois meses

EDUARDO MARTINS

Acções do BES desaparecem do Top 10 dos fundos a partir de Junho

Até Maio, as acções do banco eram presença nas principais apostas dos fundos

Os fundos de investimento a operar em Portugal estão a reduzir a exposição a títulos do Banco Espírito Santo (BES) pelo menos desde Abril. Desde Junho que as acções do BES já não constavam dos dez maiores investimentos nas carteiras dos fundos, de acordo com os indicadores revelados ontem pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Nos primeiros três meses do ano, os títulos do BES, então o banco com maior capitalização da Bolsa de Lisboa, ou do seu accionista, a Espírito Santo Financial Group, eram uma presença mais ou menos obrigatória na carteira das dez maiores aplicações dos fundos de investimento. A aposta no BES representava entre 4% e 6% do montante aplicado em acções. Entre Dezembro do ano passado e Maio, o investimento mensal em acções BES oscilou entre 14 e 15 milhões de euros.

Em Abril, as acções do BES desaparecem do Top 10 para regressarem em Maio ao 10.º lugar do ranking, o que coincide com a realização do último aumento de capital. Desde Junho que os títulos do banco desapareceram das dez maiores apos-

tas dos fundos em acções. Este é o mês em que é conhecida a saída de Ricardo Salgado da presidência executiva do Banco Espírito Santo, o que precipita a crise na instituição. Este desinvestimento coincide com uma elevada liquidez do título BES que movimentou quantidades recorde. No entanto, muitas destas transacções terão sido protagonizadas por hedge funds e investidores com perfis mais especulativos.

As acções do BES estão suspensas desde 1 de Agosto, tendo sido excluídas do índice PSI 20. Os accionistas e detentores de dívida subordinada ficaram responsáveis pelas perdas dos activos problemáticos do BES. Os activos saudáveis passaram para o Novo Banco.

Números

15,4 milhões de euros era o investimento dos fundos em acções do BES em Maio

13% Era a quota de mercado da Esaf, gestora de fundos do BES. Caiu 4,75%

PT E ESAF PERDEM A Portugal Telecom foi outra vítima do colapso do BES/GES. A operadora era presença constante no top mais dos investimentos dos fundos com cerca de 5% a 6% das aplicações mensais em acções. Em Julho, mês em que foi declarado o incumprimento por parte da Rioforte (holding do GES) do investimento de 897 milhões de euros realizado pela PT, desaparece das principais apostas dos fundos.

Os dados de Julho revelam ainda uma perda de quota da Esaf, gestora de fundos do Grupo BES, que caiu 4,75 pontos percentuais, sendo agora a terceira principal empresa do sector com 13% do mercado. Em Janeiro, a Esaf era a segunda maior gestora, com 17,4% do mercado nacional.

BGP GANHA O principal beneficiário do desinvestimento no BES foi o concorrente BCP. As acções do banco liderado por Nuno Amado receberam em Julho um investimento de 27,6 milhões de euros, o que corresponde a 8,9% da carteira de acções. Este montante traduz um crescimento de 54% face ao montante aplicado no mês anterior que foi de 17,9 milhões de euros. Este reforço coincide com o colapso bolsista do BES, mas também com o aumento de capital realizado com sucesso pelo BCP em Julho. A. S.



Conselho Nacional de Supervisão apurou falhas no controlo de bancos e empresas cotadas // PÁGS. 2-3

EM JUNHO AS ACÇÕES DO BES DESAPARECERAM
DO TOP 10 DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO // PÁG. 5